

d) Por dois anos:

Contrato celebrado em 1 de Julho de 2005, para o desempenho de funções de auxiliar administrativo, com Sandro Miguel Mendes Ramos.

Contrato celebrado em 1 de Julho de 2005, para o desempenho de funções de técnico profissional de 2.ª classe, com Carlos Alberto Gonçalves Santos.

Contrato celebrado em 1 de Julho de 2005, para o desempenho de funções de jardineiro, com Sandra Gonçalves Marques.

16 de Julho de 2006. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Matos Graça Simões*. 3000210227

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FRADES

Aviso

Celebração de contrato de trabalho a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi celebrado contrato a termo resolutivo certo com Lara Joana de Figueiredo, pelo período de seis meses, com início a 1 de Junho de 2006, para desempenhar funções de técnica superior de 2.ª classe (socióloga).

14 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Luís Manuel Martins de Vasconcelos*. 1000303158

Aviso

Celebração de contrato de trabalho a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e meu despacho de 14 de Junho de 2006, torna-se público que foi renovado por mais seis meses o contrato a termo resolutivo certo com Márcio Alexandre Teixeira Pereira, com início a 1 de Agosto de 2006, para desempenhar funções de técnico superior de 2.ª classe (engenheiro florestal). (Isento do visto do Tribunal de Contas.)

20 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Luís Manuel Martins de Vasconcelos*. 1000303157

Aviso

Reclassificações profissionais

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara datado de 21 de Junho de 2006, e no uso das competências conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram reclassificados profissionalmente, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, os seguintes funcionários:

António Dias da Costa, cantoneiro de limpeza (pessoal auxiliar), para cantoneiro de arruamentos (operário qualificado).

Custódio Pedro Lopes, cantoneiro de arruamentos (operário qualificado), para calceteiro (operário qualificado).

Devem os mesmos aceitar os referidos lugares no prazo de 20 dias, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. [Isento de visto do Tribunal de Contas, por força da alínea c) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

22 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Luís Manuel Martins de Vasconcelos*. 1000303156

CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA

Aviso n.º 20/SRSP/06

Nomeação

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 22 de Junho de 2006, nomeei definitivamente, nos termos do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, por força do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, para o lugar de técnico superior de 2.ª classe/geografia e planeamento, da carreira de técnica superior, a candidata Paula Alexandra Silva Meireles, aprovada no concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (geografia e planeamento), aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 197, de 21 de Agosto de 2004.

A candidata deverá tomar posse no prazo de 20 dias, a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Pedro Oliveira Pinto*. 3000210193

Aviso n.º 21/SRSP/06

Nomeação

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 22 de Junho de 2006, nomeei definitivamente, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, por força do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, para o lugar de técnico superior de 1.ª classe, da carreira de Administração Pública Regional e Local, do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, o candidato Manuel António Lobo Pacheco, aprovado no concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe, da carreira de Administração Pública Regional e Local, aberto por ordem de serviço afixada em 28 de Abril de 2006.

O candidato deverá tomar posse no prazo de 20 dias, a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

22 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Pedro Oliveira Pinto*. 3000210194

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL

Aviso

Contratos individuais de trabalho — renovações

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de Maio de 2006, foram renovados por mais um ano os contratos individuais de trabalho celebrados com as trabalhadoras abaixo referidas a partir das datas indicadas:

	Data
Auxiliares de serviços gerais	
Ana Agostinha Castro Sousa Pinheiro	7 de Junho de 2006
Ana Maria Couto Pereira	7 de Junho de 2006
Anabela Sousa Ferreira Cancela	7 de Junho de 2006
Carina Isabel Vieira Cunha	7 de Junho de 2006
Diana Barbosa Pinto	7 de Junho de 2006
Gracinda Maria Moreira Pinto	7 de Junho de 2006
Maria José Peixoto Moreira	7 de Junho de 2006
Raquel Maria Oliveira Ferreira	7 de Junho de 2006
Sónia Patrícia Guedes de Sousa	7 de Junho de 2006
Cozinheiras	
Cidália Adelaide Neves Ribeiro	7 de Junho de 2006
Gabriela Fátima Silva Sousa	7 de Junho de 2006
Liliana Conceição Barros Ferreira	7 de Junho de 2006
Maria Augusta Silva Rodrigues	7 de Junho de 2006
Maria Conceição Sousa Almeida	7 de Junho de 2006

	Data
Maria Donzília Mendes Barbosa	7 de Junho de 2006
Maria Goretti Ferreira Pereira	7 de Junho de 2006
Maria Manuela Barbosa Silva Loureiro	7 de Junho de 2006
Maria Soares Moreira	7 de Junho de 2006
Marta Liliana Sousa Rocha	7 de Junho de 2006
Vera Lúcia Silva Gomes	7 de Junho de 2006

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

8 de Junho de 2006. — O Vereador, com competências delegadas,
Antonino Aurélio Vieira de Sousa. 3000210150

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Aviso

Torna-se público que, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, nomeio, em regime de comissão de serviço, para o Gabinete de Apoio Pessoal ao vice-presidente, Dr. António Luís da Paixão Melo Borges, a assistente administrativa Cátia Alexandra Branco Silva, com as funções de secretária.

A presente nomeação tem efeitos a partir de 1 de Junho do corrente ano.

14 de Junho de 2006. — A Presidente da Câmara, *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral.* 1000303129

Aviso

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 6 de Junho de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para admissão de um lugar de técnico superior de 1.ª classe — área de economia, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

2 — O concurso é válido para a presente vaga, caducando com o seu preenchimento.

3 — O vencimento respeitante à categoria é o previsto no anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

4 — Ao concurso poderão concorrer os indivíduos que reúnam os requisitos constantes na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

5 — O método de selecção será constituído por avaliação curricular, que visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, ponderando as habilitações académicas de base, formação profissional complementar e a experiência profissional.

6 — Os conteúdos funcionais do cargo a prover são os inerentes às respectiva categoria.

7 — As candidaturas serão formalizadas mediante requerimento dirigido à presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, entregue pessoalmente na Secção de Recursos Humanos ou remetido pelo correio, mediante carta registada e com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo afixado, na Rua de Santa Luzia, 18, Matriz, 9500-114 Ponta Delgada.

8 — No requerimento devem constar os elementos de identificação do candidato, nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número de contribuinte, residência e código postal e, ainda, que reúnam os demais requisitos gerais e especiais exigidos, conforme requerimento de modelo tipo a fornecer por esta Câmara Municipal.

É dispensada a apresentação dos restantes elementos comprovativos dos dados referidos no requerimento desde que os candidatos reúnam, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação em que se encontram relativamente a cada uma das alíneas *a*), *b*), *d*), *e*) e *f*) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 207/98, de 11 de Julho.

9 — Os requerimentos devem ser instruídos, sob pena de exclusão, com a junção de certificado de habilitações literárias ou fotocópia devidamente autenticada e ainda *curriculum vitae*, assinado e datado.

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — A lista de candidatos admitidos ao concurso é feita de acordo com o n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Os candidatos excluídos serão notificados nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — A publicação da lista de classificação final é feita nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — O local de trabalho é na área do concelho de Ponta Delgada.

15 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Dr.ª Lúcia da Conceição Dias Sequeira, chefe de Divisão Financeira.

Vogais efectivos — Dr. João Nuno Borba Vieira Almeida e Sousa, chefe de Divisão Administrativa, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e Dr.ª Patrícia da Graça Medeiros Teixeira.

Vogais suplentes — engenheira Isabel Maria Rabiais Juromito Silva, chefe de Divisão de Infra-Estruturas Viárias e Urbanas, e Dr. Luís Miguel Sousa Guerra Borges Garcia.

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

14 de Junho de 2006. — A Presidente do Júri, *Lúcia da Conceição Dias Sequeira.* 1000303128

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

Aviso

Pedido de alteração ao alvará de loteamento n.º 65/96

Discussão pública

Engenheiro Victor Manuel Alves Mendes, vice-presidente da Câmara Municipal do concelho de Ponte de Lima, torna público, para efeitos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e nos termos do disposto no artigo 22.º do referido decreto-lei, e artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 20 de Setembro, que, após um período de 8 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 3.ª série, é aberto um período de discussão pública durante 15 dias úteis, que objectiva o pedido de alteração do lote n.º 47, titulado pelo alvará de loteamento n.º 65/96, concedido a TURILIMA — Empreendimentos Turísticos do Vale do Lima, S. A., e formulado por Two Investor — Empreendimentos Imobiliários, Unipessoal, L.ª, proprietário do referido lote.

Finalidade do pedido — fazer constar que para o referido lote é aumentado o número de pisos, que passa de dois para três, com a criação de um piso de cave. Esta terá a área de implantação de 172 m² e a área de construção prevista passa a ser de 445 m².

Durante o período de discussão pública acima fixado, podem os interessados consultar o respectivo processo administrativo (100/81) junto dos Serviços Administrativos da Divisão de Obras e Urbanismo.

As sugestões, reclamações ou observações que, eventualmente, venham a ser apresentadas, devem ser formuladas através de requerimento escrito dirigido ao presidente da Câmara Municipal, devendo neste constar a identificação e o endereço dos seus autores e a qualidade em que se apresentam.

9 de Junho de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Victor Manuel Alves Mendes.* 3000210152

Aviso

Renovação de contratos de trabalho a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por despacho da presidência de 16 de Junho de 2006, e ao abrigo da alínea *h*) do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foram renovados os contratos dos trabalhadores abaixo referenciados, para o exercício das funções de auxiliares de serviços gerais, escalão 1, índice 128, a corresponde o vencimento de 405,96 euros:

Com início a 2 de Agosto de 2006: Maria de Fátima Correia Fernandes Cunha e Maria do Carmo Lima Araújo Amorim.

Os contratos em causa têm início na data em epígrafe, por mais um ano, podendo os mesmos ser objecto de renovação, conforme o artigo 139.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto.

16 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Daniel Campelo.* 1000303140